

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA
COREANA E BRASILEIRA E O
DESDOBRAMENTO PÓS 2º CHOQUE DO
PETRÓLEO**

PEDRO HEITOR CALDAS WEISSHEIMER

Matrícula nº 105043313

ORIENTADOR: Prof. Carlos Pinkusfeld

MARÇO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA
COREANA E BRASILEIRA E O
DESDOBRAMENTO PÓS 2º CHOQUE DO
PETRÓLEO**

PEDRO HEITOR CALDAS WEISSHEIMER

Matrícula nº 105043313

ORIENTADOR: Prof. Carlos Pinkusfeld

MARÇO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – BRASIL	7
I.1. PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	7
I.2. OS PRIMEIROS PASSOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DIRIGIDA	7
I.3. O MILAGRE ECONÔMICO E O EUROMERCADO.....	9
I.4. O II PND	11
CAPÍTULO II – CORÉIA.....	16
II.1. OS ANTECEDENTES DA FORTE INDUSTRIALIZAÇÃO COREANA.....	16
II.1.1. A DINASTIA YI.....	16
II.1.2. A COLONIZAÇÃO JAPONESA.....	17
II.1.3. A INFLUÊNCIA AMERICANA NO SUL NO PÓS GUERRA E A GUERRA DA CORÉIA	19
II.2. A FASE DE FORTE INDUSTRIALIZAÇÃO	24
II.2.1. OS PLANOS QUINQUENAIS COREANOS E O ENDIVIDAMENTO DO GOVERNO DA DÉCADA DE 70.....	24
II.2.2. O 2º CHOQUE DO PETRÓLEO.....	29
CAPÍTULO III – OS DIFERENTES CAMINHOS TOMADOS PELO BRASIL E CORÉIA... 32	32
III.1. FINANCIAMENTO E BANCOS ESTATAIS	32
III.2. OS CHAEBOLS.....	38
III.3. PÓS 2ª GUERRA E GUERRA DO VIETNÃ NA CORÉIA, CHOQUES ADVERSOS NO BRASIL E OPÇÃO PELOS ALIADOS	41
III.4. O JAPÃO COMO ALIADO COREANO	45
III.5. A ESTRATÉGIA EXPORTADORA.....	47
CONCLUSÃO.....	51
BIBLIOGRAFIA	53

INTRODUÇÃO

Brasil e a Coréia do Sul são países com algumas características semelhantes: obtiveram tardia independência de seus impérios coloniais, empreenderam processos de industrialização tardia no século XX, passaram por governos ditatoriais em parte de suas história e até o terceiro quartil do século passado tiveram um desenvolvimento parecido, com o Brasil, até ligeiramente, avançando mais que a Coréia no início desse período. No entanto, a partir da década de 1980 nosso país se descolou da trajetória de crescimento vivenciada ao longo das décadas anteriores e amargou ao longo de 1980 e 1990 uma estagnação econômica severa, diferentemente do caminho percorrido pela Coréia, que já na primeira metade da década de 1980 retomou o crescimento.

Apesar de duas décadas de baixo crescimento, no que poderia se chamar de décadas perdidas não fosse a redemocratização e o controle da inflação conquistado nos anos 1990, os anos 1970 não foram menos conturbados, com os choques do petróleo em 1973 e 1979. O II PND em 1974 tinha como objetivo diminuir a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira através de novos investimentos em infraestrutura, bens de produção (capital e insumo), energia e exportação, mas foi implementado numa conjuntura interna e externa bastante conturbadas.

A Coréia do Sul, também sofreu nos anos 1970 os efeitos da crise do petróleo que atingiu todo o mundo acrescido ao fato do país vir de uma trajetória de endividamento por conta dos altos investimentos realizados nos anos anteriores. Isto ocorreu, em particular, devido ao terceiro (1972-1976) e o quarto (1977-1981) plano quinquenais com os objetivos de fortalecer as indústrias siderúrgica, petroquímica, de minerais não-metálicos, de bens de capital, automobilística e a infraestrutura no país seguia em curso e já dava resultados nas exportações, outro ponto importante de tais políticas.

Dado o quadro muito geral descrito acima, iremos analisar com detalhe, neste trabalho, em que ponto as economias destes dois países se afastaram das suas trajetórias ascendentes, ou mais precisamente, a descolagem de trajetória principalmente do Brasil. Como projetos a primeira vista tão parecidos puderam trazer resultados tão dissonantes a

partir de um certo ponto da história? Por que o Brasil não se tornou um país exportador de produtos de alto valor agregado? Como a Coréia se saiu tão bem da crise de endividamento?

O trabalho segue essas problemáticas e estará dividido na seguinte ordem. No capítulo I falaremos do Brasil, trataremos do início da industrialização no país a partir de 1950, os anos JK, o milagre econômico e o II PND na segunda sessão do mesmo capítulo, além do choque do petróleo.

No 2º capítulo, iremos nos ater a Coréia, falaremos do passado secular, da colonização japonesa, da ocupação americana e dos tempos de guerra que causaram a separação do norte com o sul do país, a ditadura Rhee e como a história afetou sua industrialização. Os planos quinquenais do general Park farão parte da segunda sessão do capítulo juntamente com o período do 2º choque do petróleo.

No terceiro capítulo, falaremos das diferenças que concluímos terem sido decisivas para a descolagem das nações e o papel de cada uma delas. Por fim concluiremos se o modo como o processo desenvolvimentista se deu na Coréia do Sul foi diferente do Brasil e resultou em uma saída mais fácil da crise ou se houve outros fatores que impulsionaram a “descolagem” coreana.

CAPÍTULO I – BRASIL

I.1. PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Para o objetivo deste estudo focaremos a década de 70 e a virada para a década seguinte, porém não podemos falar de industrialização no Brasil sem falarmos dos efeitos da grande depressão no país, do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do milagre econômico (1967-1973) vivido na virada década de 1960/70.

Começando pela grande depressão, o país até então voltado para fora, viu-se impossibilitado de vender sua produção, exclusivamente primária, para o exterior e à falta de divisas que possibilitasse a importação de produtos manufaturados importados resultou numa demanda doméstica potencial não atendida pela oferta externa. A “solução” para tal descasamento foi buscada na indústria nacional que teve a partir do início da década de 1930 seu primeiro impulso em uma direção clara rumo a substituição de importação, estratégia que vigoraria até o II PND na década de 1980.

É no plano de Metas de JK, no entanto, que o governo perseguiu os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira em uma estratégia deliberada do Estado

I.2. OS PRIMEIROS PASSOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DIRIGIDA

A saber, nas palavras de Serra (1982), durante o governo de JK:

“...instalaram-se no país a indústria automobilística, naval, material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos, permitindo uma significativa ampliação do setor de bens de capital. Ao mesmo tempo expandiram-se consideravelmente indústrias básicas como a siderúrgica, a de metais não-ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose” (p. 75)

Para essa expansão, o governo Kubitschek definiu os setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação e contou com a ajuda do tripé capital privado nacional, capital estatal e o estrangeiro. O primeiro, a parte mais frágil, contou com abundantes incentivos para sua expansão na indústria de bens de capital e nos setores

fornecedores das empresas transnacionais, em especial o caso da indústria automobilística. Também beneficiou-se da expansão da demanda derivada por bens de consumo não-duráveis, subsetor que tinha maior peso na indústria e cuja produção entre 1949 e 1962 elevou-se em aproximadamente 2,2 vezes.. (Serra, 1982).

Investimentos diretos externos em setores dinâmicos (automobilística, mecânica, material elétrico) contribuíram decisivamente para modificar o perfil da indústria brasileira e para concretizar um importante salto no processo de industrialização. Durante a década de 50 e 60, as empresas multinacionais americanas e europeias em meio a estabilidade do dólar comandaram a integração da economia e instalaram montadoras no Brasil, que contava com a rivalidade entre essas empresas no território Europeu para buscar em outros mercados espaços ainda inexplorados e menos concorrenciais. (Coutinho, 1999) Assim o capital estrangeiro beneficiou-se do grande mercado brasileiro, na época fechado às importações.

O capital estatal, por sua vez, foi responsável pela ampliação da CSN, bem como a criação de mais três companhias produtoras de aço. A expansão da Petrobrás e do setor de produção elétrica, com a organização da ELETROBRÁS também foram financiadas pelo estado. Para traduzirmos em números, conforme descrito por Serra (1982):

“Entre 1949 e 1959, a formação bruta de capital fixo das empresas com participação do governo federal quadruplicou como proporção do PIB, passando, por outro lado, de 3,1 para 8,2 por cento do total da Formação Bruta de Capital Fixo”(p. 76)

O investimento do governo entre 1956 e 1962 cresceu a uma taxa aproximada de 15% a.a., os gastos do governo como proporção do PIB também cresceram de 15,3% para 17,8% entre 1955 e 1960/1.

O milagre econômico veio a partir de 1967, no meio tempo, no entanto, o Brasil seguiu conforme as palavras de Coutinho, (1999):

“a crise política brasileira entre 1960 e 1964 paralisou a capacidade de direção do Estado, e o não enfrentamento dos desequilíbrio inflacionários exigiu que a ditadura militar empreendesse profundas reformas (fiscal, tributária, previdenciária, bancária, monetária e do sistema público de administração) no triênio 1964-1966, preparando

um novo padrão de financiamento, que viabilizaria o longo ciclo posterior de crescimento (de 1967 a 1979).”

O PAEG reuniu todas as reformas de cunho ortodoxo que o país enfrentou no período com o objetivo de reduzir a crescente inflação que o país enfrentava através de controle na base monetária, e também cortes orçamentários, controles salariais e elevação da carga tributária buscando diminuir o déficit do governo. Embora o plano não tenha dado certo quanto as metas alcançadas – a inflação chegou a 39% a.a. em 1966 ante uma meta de 10% a.a – serviu para reduzir o ritmo da escalada da inflação e criou bases para o forte crescimento da economia no período seguinte, a partir de 1967, que veremos a seguir (Hermann, 2005).

I.3. O MILAGRE ECONÔMICO E O EUROMERCADO

De 1967 a 1973 o país experimentou um período que passou a ser chamado de milagre econômico com taxa anual de crescimento do PIB na ordem de 11% a.a.. Nesse período, o maior crescimento coube a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, embora essa última tenha se acelerado acentuadamente apenas depois de 1970. O abundante fluxo de financiamento externo juntamente com a alta das exportações, agora mais diversificadas, associou esse ciclo a uma abertura estrutural ao exterior que aumentou o coeficiente de importações de 5,4% para 8,6% em valores constantes de 1970. Muito diferente do que ocorreu no ciclo de expansão anterior (1956-1961) que teve seu crescimento associado às indústrias de substituição de importação (Serra, 1982).

Tabela 1.1. Dívida Externa, Países Selecionados, em Milhões de US\$, 1967-1978

	1967	1970	1973	1975	1978
Brasil					
Dívida Total	3434,4	6295,4	9176,7	14707,8	31275,7
Empréstimos Públicos	2598,3	3487,7	4545,4	5812,9	9754,4
Empréstimos Comerciais	395,7	1587,1	1863	1723,3	4246,3
Instituições Financeiras	440,4	1220,6	2768,3	7171,6	17730,3

Fonte: Cho (2001: 132) apud Frieden, Jeff. *Third World Indebted Industrialization: International Finance and State Capitalism in Mexico, Brazil, Algeria, and South Korea*. International Organization, Vol. 35, No. 3 (Verão, 1981), p. 414, 1981.

Além da abundância de divisas explicada acima, o período de expansão foi viabilizado também pela capacidade ociosa herdada do ciclo expansionista anterior e a expansão da liquidez real baseada na expansão do crédito no setor privado. Não obstante, os enormes incentivos e subsídios de natureza fiscal e creditícia, e as minidesvalorizações cambiais também estão entre as ações expansionistas que estiveram por trás do desempenho da economia em 1967-1973 (Serra, 1982).

Depois de 1970, observado o desequilíbrio causado pelas importações que levaram a um desenvolvimento maior do setor de bens de consumo duráveis, não-duráveis e da construção civil em relação ao crescimento da produção de bens de capital (máquinas, equipamentos) e bens intermediários, os militares mediante incentivos aos investimentos privados e realização de investimentos públicos diretos na indústria doméstica de bens de capital e de insumos básicos buscam equilibrar o crescimento. Tal estratégia exigia que o ajuste dependesse das importações, que mais uma vez dependiam de mais exportações e crédito externo (Serra, 1982).

Dessa forma, o “milagre” que teve o crescimento liderado pelo setor industrial aumentou a dependência externa da economia em relação aos bens de capital e ao petróleo. O Choque do petróleo que viria em 1973 comprimiu “a capacidade de importação e, conseqüentemente, de crescimento do país”, o que levou o país do quadro de dependência externa para restrição externa a partir de 1974 (Hermann, 2005: 76).

A disparada no preço do petróleo trouxe inflação e o modelo de desenvolvimento rodoviário adotado pelo país não ajudava a balança comercial que viu suas importações de petróleo aumentarem especialmente por conta do aumento da frota automobilística dos últimos anos. A abundância de divisas dos países exportadores de petróleo, no entanto, jorrou dinheiro no mercado mundial, mais ainda nos países em desenvolvimento, que tinham taxas de retorno maiores que os desenvolvidos, e permitiu financiar o plano dos militares através do financiamento dos déficits em conta corrente do país.

A necessidade de aumentos nas exportações que viabilizassem a crescente importação, seus passivos externos, o aumento da inflação e o 1º choque do petróleo no final de 1973 traduziam o fim da fase expansionista iniciada em 1967 e foi o pano de fundo do mais ambicioso plano do governo militar, o II PND.

I.4. O II PND

O II PND foi a opção escolhida para realizar as mudanças estruturais requeridas pela necessidade de completar a estrutura industrial brasileiro, a despeito da grave crise que se instalava no mundo como o primeiro choque do petróleo. Esse aumento dos preços do petróleo veio em 1973 com a maior independência dos principais produtores através da OPEP, e da retaliação dos países árabes e africanos pelo apoio dado a Israel na Guerra do Yom Kippur. Nesta ocasião, os membros da OPEP se reuniram e diminuíram drasticamente a exportação da matéria-prima, aumentando seu preço de US\$ 3 para US\$ 12 o barril. O Brasil altamente dependente desse insumo energético dado o avanço da urbanização e da malha rodoviária características do nosso processo de desenvolvimento, viu sua balança comercial se reverter drasticamente e os termos de troca caírem também vertiginosamente, conforme observou Fishlow (1986). (Dados tabela 1.2)

A mudança na condução da política econômica nesse período veio, além de servir como política contra-cíclica dado o choque sobre a demanda representado pela deterioração dos termos de troca, dar fôlego ao crescimento da economia em termos de composição da demanda, ou seja: substituir o arrefecimento da expansão do ciclo de crédito por um componente autônomo de investimento público em infraestrutura.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como objetivo dar fim a dependência externa do país às importações de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não-ferrosos e minerais não metálicos) e desenvolver projetos de exportação de bens manufaturados e semimanufaturados, reduzindo o peso relativo dos bens primários, além disso buscava aumentar intensamente a produção interna de petróleo e a capacidade de geração de energia elétrica, desenvolver o transporte ferroviário, o sistema de telecomunicações, irrigação e construção de armazéns e centrais de abastecimento. As metas, em número eram de um crescimento de 10% a.a., com indústria crescendo a 12%, agricultura a 7% e as exportações duas vezes e meia em volume no conjunto do período de 1974 a 1979.

Quanto ao financiamento, segundo Hermann (2005: 80):

“A viabilização do II PND dependia, basicamente, de fontes de financiamento público e externo. O primeiro apoiou-se no BNDE, cuja função central no II PND era o financiamento dos investimentos privados, com base em linhas especiais de crédito a

juros subsidiados. Os investimentos públicos seriam financiados por recursos do orçamento (impostos) e por empréstimos externos captados pelas empresas estatais”

Tabela 1.2. Coeficiente de Comércio Exterior e Relações De Troca

Ano	Exportações/ PIB	Importações/ PIB	Relações De Troca (1963=100)	Ano	Exportações/ PIB	Importações/ PIB	Relações De Troca
1947	14,8	13,7	99	1964	5,2	4,6	115
1948	14,4	11,4	94	1965	6,1	4	108
1949	13	10,4	89	1966	6,7	5,1	101
1950	9,9	11,1	156	1967	6,4	5,4	97
1951	10,1	16,2	161	1968	6,3	6,2	99
1952	7,8	14,3	145	1969	6,8	6,2	105
1953	8,4	9,5	152	1970	6,6	6,9	115
1954	6,7	10,7	175	1971	6,4	7,5	105
1955	7,2	7,5	130	1972	6,7	8,1	114
1956	7,5	7,1	129	1973	6,7	8,6	124
1957	6,4	8,3	141	1974	6,6	10,5	102
1958	5,7	7,4	138	1975	6,9	9,4	98
1959	6,8	7,6	119	1976	6,4	8,6	110
1960	6,1	7,1	116	1977	6,1	7,6	130
1961	6,1	6,2	113	1978	6,5	7,5	112
1962	7,6	5,8	100	1979	6,7	7,6	101
1963	6,2	5,7	100	1980	7,6	7	83,6

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BC, de Conjuntura Econômica, e da CEPAL. Dados em valores constantes de 1970

Os petrodólares, a partir de 1975, foram ampla fonte de financiamento no mercado externo depois de um período inicial mais conturbado, inclusive propiciando uma retomada da economia mundial, o que, sem dúvida, foi indispensável para a viabilização do modelo de ajuste externo implementado pelo plano.

Para que o plano tivesse um maior avanço na substituição de importações, redução na dependência do petróleo e aumento na capacidade exportadora era inevitável que houvesse expansão nas importações de bens de capital e insumos num primeiro momento durante o período de novos investimentos, com resultados negativos nas transações correntes (Hermann, 2005).

No tocante ao crescimento do PIB, no entanto, o país logrou êxito no período com média de 6,88% entre 1975 e 1980, embora com taxas mais modestas que no milagre, e revertendo a tendência anterior, o setor privado teve maior participação no crescimento, 21,14%, influenciado pelo aumento na produção de bens duráveis.

De modo geral, os objetivos do II PND foram alcançados, como a maior consolidação do parque industrial brasileiro e a política de substituição de importações que reduziu as importações de bens de capital, além da balança comercial que, embora momentaneamente, teve seu desequilíbrio reduzido. No entanto, a desaceleração mundial no fim da década e o 2º choque do petróleo fariam com que a dívida externa aumentassem continuamente, como veremos a seguir.

I.5. O 2º CHOQUE DO PETRÓLEO E A DÉCADA PERDIDA

O aumento dos preços do petróleo em 1979, com deterioração da balança comercial, além do aumento das taxas de juros internacionais foram uma dupla pressão para o país em uma situação na qual os novos empréstimos não são suficientes para cobrir o serviço da dívida, com rápida queima de reservas. Verificou-se no período uma abrupta redução dos financiamentos que podemos dividir em duas etapas segundo Carneiro (2002: 121):

“Na primeira, entre 1979 e 1982, ainda ocorre uma absorção de recursos reais do exterior, financiada por queima de reservas, pois houve apenas um racionamento de novos financiamentos pelo mercado. Depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos ao exterior. Inicialmente, em 1983 e 1984, essas transferências realizam-se no âmbito de um racionamento ainda maior de novos créditos, desta feita supervisionado pelo FMI. Depois de 1985, o racionamento converte-se em supressão absoluta de novos financiamentos, implicando pagamentos crescentes ao exterior.”

Nessa primeira etapa, o financiamento foi possível por meio do mercado voluntário de crédito à custa de ajustes crescentes na balança comercial, que eram feitos em condições bastante restritivas (Carneiro, 2002: 124), em geral de curto prazo e boa parte de créditos interbancários, o que faz a participação da dívida de curto prazo na dívida total aumentar de 10,5% em 1979, para 21,5% em 1982 (tabela 1.4.1).

Tabela 1.3. Dívida Externa Bruta e Dívida Externa Líquida (US\$ bi), 1979-1982

	Dívida Externa Bruta			Reservas	Dívida Externa Líquida	
	Total	Registrada	Curto Prazo		Total	Registrada
	I	II	III	IV	V = I - IV	VI = II - IV
1979	55,8	49,9	5,9	9,7	-46,1	40,2
1980	64,2	53,8	10,4	6,9	-57,3	46,9
1981	73,9	61,4	12,5	7,5	-66,4	53,9
1982	85,3	70,2	15,1	4	-81,3	66,2

Fonte: Carneiro, Desenvolvimento em Crise: 125 apud Banco Central do Brasil

O endividamento neste período passou a ser feita não mais por estatais ou via investimentos públicos por conta do esgotamento deste processo e a dívida passa a ser feita por repasse de instituições bancárias, o que acarretou em uma maior dolarização dos passivos (Carneiro, 2002: 125, apud Davidoff Cruz, 1984). Após 1981, parte desses recursos não encontra um tomador final e é depositada no Banco Central, o que representa um endividamento adicional do setor público, só que agora por meio do endividamento direto das autoridades monetárias. A dívida externa pública “amplia-se então de 55% para 61% do total, enquanto a dívida direta do governo central e da autoridade monetária dobra a sua participação entre 1979 e 1982, passando de 17% para 34% da dívida total” (Carneiro, 2002: 125).

Na etapa seguinte, entre 1983 e 1989, após a moratória do México, os bancos diminuíram suas posições nos países em desenvolvimento e o país é obrigado a recorrer ao FMI. O déficit em transações correntes deveria tender a zero, o que pode-se dizer que a partir

de 1983, houve contínua transferência de recursos reais ao exterior, com o superávit comercial cobrindo o déficit de serviços (Carneiro, 2002: 127).

Dessa conjuntura, o pequeno dinamismo da década perdida pode ser explicado pela tese da incompatibilidade entre crescimento doméstico e transferência de recursos reais para o exterior, que conclui que, nas palavras de Carneiro (2002: 141 apud Brasil, 1987^a):

“as tentativas de retomar o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda, realizados em meados da década de 1980, esbarraram na restrição externa, ou seja na imperiosidade de gerar elevados superávits comerciais para fazer face ao serviço da dívida.”

E ainda nas palavras de Carneiro (2002: 141 apud Brasil, 1987^a):

“a compatibilidade entre crescimento e transferência de recursos para o exterior só seria viável na etapa de recuperação do ciclo na qual o crescimento ocorreria com base em ocupação da capacidade produtiva ociosa. Uma vez utilizada plenamente a capacidade existente, o crescimento passaria a depender do aumento da taxa de investimento, requerendo a rápida ampliação das importações e redução do saldo comercial.”

No entanto, no momento em que a capacidade existente era completamente utilizada não havia uma renovação do parque produtivo, num contexto internacional de aceleração do progresso técnico. A renovação necessária só seria alcançada com altas taxas de investimento com aumento das importações, o que não ocorreu (Carneiro, 2002: 144). Assim se caracterizou a chamada década perdida.

CAPÍTULO II – CORÉIA

II.1. OS ANTECEDENTES DA FORTE INDUSTRIALIZAÇÃO COREANA

Para entender um pouco melhor a Coréia, temos que falar de seu passado colonial e de que forma ele ajudou a moldar o país dos tempos atuais.

II.1.1. A DINASTIA YI

Desde 1392 até 1910 o país foi governado pela dinastia Yi de valores confucianos, o que levou a sociedade coreana a ser comandada por representantes que tinham como forma de reafirmação da posição social um longo e dispendioso tempo de estudos, para somente assim assumir um cargo público. Neste longo período da dinastia, formou-se em destaque a unidade étnica e nacional do povo coreano. (Silva, 2007, pág. 84)

O país era organizado pelo governo central, o rei, que mandava os funcionários públicos aprovados em exames de caráter literário e humanístico para os rincões do país, e revezavam o comando de regiões menores em mandatos curtos de forma que não houvesse “incrustação de nichos locais de poder”. Sobre esse sistema burocrático-estatal a dinastia se manteve durante centenas de anos com uma base puramente agrícola. (Cunnings, 1997: 72-73 apud Silva, 2007, pág. 85).

O desenvolvimento tecnológico das nações ocidentais e do Japão, no entanto, tornou o sistema que se manteve forte durante tantos anos frágil em relação às agressivas tentativas de aproximação comercial e surgiu o *Tonghak*, na palavras de Silva (2007, pág. 86):

“Explosivo movimento camponês que reivindicava a expulsão dos japoneses, dos ocidentais, o fim da super-exploração do homem do campo, o fim da escravidão, o fim da hierarquia social rígida e a redistribuição de terras”

Neste contexto, o movimento tomaria conta da Coréia, que pede ajuda a seu vizinho chinês que mesmo assim não consegue impedir que a Coréia seja tomada pelos japoneses. Em 1894, o rei Kojong é deposto e o Japão impõe o rei Ha-Ung Yi que se vê completamente dominado pelo poderio japonês. Dessa situação não demorou para a Coréia formalmente virar colônia japonesa a partir de 1910.

II.1.2. A COLONIZAÇÃO JAPONESA

Com o novo status de colônia, a Coréia, sofreu imposição cultural e econômica japonesa, conforme veremos um pouco mais detalhadamente abaixo, porém conforme podemos citar Mason et al. (1980: 75 apud Amsden, 1989: 32):

“For all the hardships imposed on the Korean people, Japanese colonial rule laid some of the key foundations for Korea's later entrance into modern economic growth”

Dentre as fundações chave, podemos citar: a abolição da escravatura, o código de direito civil, infra-estrutura na área financeira, transportes e comércio foram êxitos alcançados nos tempos de colonização japonesa que vai de 1910 até o final da segunda guerra quando o país é dividido em dois após a derrota do Japão, com o norte soviético e o sul dos EUA.

Sob o domínio japonês, a partir de 1910, o avanço industrial coreano se acentuou mais fortemente no começo da 1ª Guerra Mundial e avançou com a tomada da Manchúria em 1931 pelos Japoneses. A produção do oeste europeu e do Japão não podiam abastecer o país durante a guerra. Dessa forma, uma lei japonesa que restringia a indústria de setores que competissem com aquele país foi relaxada. Com isso, o percentual de exportação coreana que era majoritariamente agrícola em 1910, caiu para cerca de 50% em 1940 (Amsden, 2001: posição 1435-1459)

A tomada da Manchúria apresentou a segunda oportunidade para a industrialização coreana. O país asiático era considerado a “ponte” entre a China e o Japão, e com isso a classe de negócios coreana saudou entusiasticamente o expansionismo japonês sobre o leste chinês. No que outra forte característica da indústria coreana emergiu: pesado direcionamento governamental. Para promover investimentos no setor de produção energética, o governo

então adotou diferentes formas de subsídios tipicamente condicionados a adesão e controle de preços. Assim, as condicionalidades impostas pelo governo apareceram bem cedo, somada a aparição de grupos de negócios diversificados - os Chaebols - e intervenção governamental na economia (Amsden, 2001: 1455-1460).

Os preparativos para a 2ª Guerra Mundial também contribuiriam com a industrialização através do encorajamento do Japão em expandir seus *zaibatsu* em direção a colônia coreana. O resultado seria uma formidável ampliação da participação da indústria pesada no produto manufatureiro total — de 23% do total em 1930 para 50% em 1940. A maioria deste crescimento foi registrada na indústria química, usufruindo as vantagens do baixo custo da energia hidroelétrica no norte do país. As exportações passariam a representar 2/3 da produção do país em 1940, ante 1/3 em 1930 (Jones, 1980: 24).

Além da herança industrial, o período também foi importante para a formação de mão de obra qualificada. Com alguns milhares de engenheiros e técnicos empregados no setor manufatureiro, mineiro e serviços não-governamentais. Além de 7000 administradores e 28 trabalhadores técnicos-profissionais (Jones, 1980: 28).

Neste período de guerra, conforme descrito por Kobayashi (1996: 327) e reforçado por Amsden (2001: 1490) sobrou outro importante fator que guiaria a economia coreano nos anos subsequentes:

“As a result of their experience with wartime economic mobilization and planning, the postwar bureaucratic and business elites in both Taiwan and Korea learned the importance of public institutions and central planning in large-scale endeavors to promote industrialization” (Kobayashi 1996, p.327 apud Amsden, 2001: posição 1490).

Conforme Silva (2007: 99, apud Dennis MacNamara, 1990: 50-51):

“Assim, a concentração industrial, desde o princípio do capitalismo coreano, era uma mera questão de sobrevivência para o capital nacional, ante um Estado metropolitano forte e concorrentes estrangeiros de peso. A administração colonial japonesa gozava de uma enorme autonomia ante a grande maioria dos setores sociais da península,

constituindo assim um protótipo daquilo que viria a ser o forte Estado coreano das administrações dos generais Park e Chun.”

Após a 2ª Guerra Mundial o domínio japonês é abolido, no entanto. O país é dividido sob influência comunista ao norte pela República Popular Democrática da Coreia e americana no sul.

II.1.3. A INFLUÊNCIA AMERICANA NO SUL NO PÓS GUERRA E A GUERRA DA CORÉIA

Após a 2ª Guerra o partido que comandava a nação era o Korean People's Republic, composto por uma rede de sindicatos, agricultores, estudantes e comitês espalhados pelo país, porém a sociedade se encontrava tão dividida que nas palavras de Amsden:

“The end result of Japanese colonialism in Korea was a society that was unable to support itself and totally at odds. Peasant opposed landlord, and those who resisted Japanese colonialism opposed those who collaborated. Under these conditions, the machinery of modern government that Japan had bequeathed was a useless inheritance. With a distended police force accustomed to domestic repression, and a minuscule army incapable of national defense, Korea once again fell victim to the Great Power” (1989: posição 799).

Para fechar o quadro desolador, as Coreias entram em guerra em 1950 e 45% das indústrias operantes no Sul são danificadas, no que o patrimônio reconquistado da colonização japonesa foi quase totalmente arruinado (Jones, 1980: 35). O norte ficou com 90% da capacidade de geração de energia elétrica (Jones, 1980: 27). Somado a isso, o parque industrial coreano como um todo era complementar de um país que agora não mantinha relações, o Japão.

À indústria sul coreana que sobrou da separação nos anos 1950, apresentava uma grande capacidade instalada em indústrias têxteis e leves, e subcapacidade na indústria de base. Grande número de pequenas formas mas um hiato nas grandes. A indústria herdada

pelos japoneses era grande, mas mal gerenciada e tecnicamente problemática de se operar. (Amsden, 1989: posição 782).

O acordo que se encaminhou em seguida a ocupação americana permitiu um forte reforço fiscal e de balanço de pagamentos através das transferências norte americanas. Nas palavras de Yoon-Je Cho (2001: 118-119 apud Silva (2007: 105):

“A Coreia teria recebido, entre 1946 e 1978, ajuda militar e econômica da ordem de US\$ 12,6 bilhões. Isto faria dela o país a receber o maior contingente de auxílio externo no mundo, especialmente nos anos 50. Somente em 1956, a Coreia teria recebido US\$ 330 milhões em assistência econômica e US\$ 400 milhões em ajuda militar. Se somarmos a este contingente o valor gasto ali por soldados americanos, chegamos ao impressionante influxo total de US\$ 1,13 bilhão, o equivalente à metade do PIB coreano deste ano.” Complementando ainda através da tabela a seguir (tabela 2.1.4.1) que indica doações ao redor de 10% do PIB.

Tabela 1.4. Ajuda Economia Americana

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Ajuda Externa/ PNB (%)	12,5	13,3	11,7	9,3	6	7,3	10,9

Fonte: Cho (2001: 120) apud Bank Of Korea, Economic Statistics Yearbook, 1954-1962

Essa ajuda americana também vinha através de produtos doados pelos EUA ao governo coreano. Este revendia a preços de mercado gerando receita para o Estado, o que foi fundamental para reconstruir a infraestrutura do país, notadamente escolas públicas que se expandiram particularmente a partir dessas doações (Cho, 2001: 119 apud Silva, 2007: 106). Assim, a influência americana foi decisiva para um legado civilizatório fundamental: o esforço empreendido pelo governo coreano em alfabetização e desenvolvimento do ensino básico.

Outras bases para a industrialização foram construídas, como o anticomunismo do KDP (Korean Democratic Party), repassado para os futuros regimes, notadamente o do General Park Chung Hee – que assumiu o poder após a deposição de Rhee – a partir de maio de 1961. A reforma agrária promovida nesta época também foi de grande importância, como afirma Amsden (1989: 37):

“Reform redirected idle capital away from land speculation to manufacturing and uprooted a class that had not proved itself progressive. It relieved the bottleneck in food supply, which in turn dampened inflationary pressures. It created a far more equitable income distribution. Finally, it cleared the field for strong centralized state power.”

Em relação a ajuda financeira/fiscal norte americana, mencionada anteriormente, pode-se detalhá-la na tabela abaixo, na qual a receita do governo proveniente da venda de doações externas chega a 52,1 em 1957, numa média de 45,5% no período 1957-1961.

Ademais, a influência americana à Coreia do Sul no governo Rhee (1948-1960) ia da economia a cultura, conforme expôs Cunnings (1997: 255) nas palavras de Silva (2007):

“A influência americana penetra todos os ramos da administração [...]. Os americanos estavam no governo, no exército, na economia, nas ferrovias, nos aeroportos, nas minas, nas fábricas, forneciam dinheiro, eletricidade, know-how, e até socorro psicológico. Gasolina americana abastecia cada veículo no país. A influência cultural americana era ‘excessivamente forte’, cobrindo desde bolsas de estudo nos Estados Unidos, até a forte presença missionária, até os ‘cinemas ambulantes’ e salas de exibição permanentes que passavam principalmente filmes americanos, até a [programação da rede] ‘Voice of America’⁴³, até os jogos da liga americana de baseball: ‘a América é a verdadeira terra dos sonhos’ para milhares, ou milhões de coreanos.”

Embora houvesse a ajuda americana e esta tenha deixado algum legado, conforme mostrou-se acima, a corrupção e a paralisia do governo trouxeram grande insatisfação da população, em especial do movimento estudantil. A corrupção amealhou grandes fortunas em uma desigual distribuição dos espólios de propriedade dos japoneses, orientada por conexões

políticas que eram vendidas a preços abaixo de mercado. Além de concessões exclusivas de importação que eram revendidas no mercado interno a preços de monopólio. Empréstimos não ressarcidos também eram concedidos a empresas favorecidas pelo governo que abrangiam desde firmas do setor têxtil até mineração, passando por papel, fertilizante, vidro, alimentícia, construção, entre outras, em uma relação entre Estado e empresas privadas que seria o nascimento das Chaebols, que trataremos em uma seção aparte nesse estudo.

Receita Fiscal e Ajuda Econômica Externa, 1957-1961

	1957	1958	1959	1960	1961	Média (1957-1961)
Receita Fiscal	100	100	100	100	100	100
Receita Fiscal Gerada Internamente	28,1	31	48,5	51,5	30,4	37,9
Receita Fiscal Associada à Venda de Doações Externas	52,1	51,1	41,5	34,6	48,5	45,5
Outras (Fabricação e venda de cigarros e Ginseng + Empréstimos)	19,8	17,9	10	13,9	21,1	16,6

Fonte: Cho (2001: 120) apud Bank of Korea, Economic Statistic Yearbook, 1954-1962

A paralisia sentida pela população vinha da depressão profunda que o país entrou em 1959, nas explicações de Amsden, “partly the effect of the winding down of aid and of the reconstruction boom” (1989: posição 897). Os estudantes insatisfeitos com o rumo que o governo tomava e clamando por eleições justas vieram cobrar através de um protesto que acabou com um estudante assassinado. A tragédia sensibilizou os estudantes e jovens de todo o país que acabaram por começar uma crise que foi insustentável para a continuação de Rhee no poder.

Entra em cena o General Park Chung Hee que assume o país depois do golpe de estado em 1961 (1961-1979). Sob o comando do general a participação na Guerra do Vietnã foi de extrema importância para a Coreia do Sul e permitiu a assinatura de um documento chamado Memorando Brown, que garantiu enormes vantagens econômicas à Coreia e previa segundo Cho (2001: 127): 1) apoio financeiro ao país; 2) assistência técnica e financeira para a modernização de suas forças armadas; 3) apoio à expansão das exportações do país; 4) prioridade para as empresas de origem sul-coreana em contratos de fornecimento e serviços

relacionados à guerra e, 5) garantia de que os técnicos civis coreanos teriam oportunidade de trabalho no Vietnã.

Nesse período, os EUA havia anunciado a diminuição do fluxo de ajuda econômica, porém tal anúncio não se verificou por completo à medida em que os EUA substituíram a ajuda direta por bilionários contratos de exportação de mercadoria e serviços, remessa de soldados aliados, que vemos mais detalhadamente em outra seção, e assistência técnica militar, conforme tabela abaixo (Silva, 2007: 115).

As exportações de produtos de ferro e aço, por exemplo, que não passavam de 1,7% no total geral das exportações do país, chegaram a 45,8% no total de exportações para o Vietnã. Assim foi com diversos outros setores, alguns deles listados abaixo dão uma dimensão do grau de colaboração a Guerra do Vietnã teve para a Balança Comercial coreana.

Tabela 1.5. Ajuda Militar Americana e Exportações Coreanas para o Vietnã em relação ao PIB e às Exportações, 1962-1969

	Receita Total com Ajuda Militar do EUA e Exportações para o Vietnã (A)	PIB em US\$ milhões (B)	Exportações Totais em US\$ milhões (C)	(A)/ (B) em %	(A)/ (C) em %
1962-1963	96,5	3192,3	95,7	3	100,8
1964-1965	104,6	2826,6	294,2	3,7	35,6
1966-1967	209,2	4163,4	570,5	5	36,7
1968	306,6	5500	455,4	5,6	67,3
1969	372,9	6597,4	622,5	5,6	59,9

Fonte: Cho (2001: 128) apud Naya, Seiji. The Vietnam War and Some Aspects of Its Impact on Asian Countries. The Developing Economies, 9 (1), pp. 31-57, 1971.

Dessa forma, muitas empresas coreanas, mesmo sem maturidade para competir internacionalmente tinham no Memorando Brown uma garantia de um mercado que se estabeleceu por 15 anos e que possibilitavam-nas lançar-se no mercado “vietnamita” com

garantia de uma generosa fatia por razões geopolíticas. Essa conjuntura permitiria às empresas coreanas exportadoras transformar-se em gigantes de forte competitividade internacional mais adiante (Cho, 2001: 129).

Um ano depois do golpe, o general Hee lança um programa de investimentos, o primeiro plano quinquenal (1962-1967).

II.2. A FASE DE FORTE INDUSTRIALIZAÇÃO

II.2.1. OS PLANOS QUINQUENAIS COREANOS E O ENDIVIDAMENTO DO GOVERNO DA DÉCADA DE 70

Sob um regime ditatorial que vem desde a década de 1960, a Coreia tem em seu General Park Chung Hee o líder do país, que faz o país crescer em média 9,5% a partir de meados dos anos 1960 (Coutinho,1999). Esse crescimento se deu através de alto endividamento já que de 1963 a 1982 o investimento do setor público excedeu em 16 dos 20 anos o orçamento público (Amsden, 1989. pag. 90), segundo podemos ver na tabela do Bank of Korea (apud Amsden, 1989: 91).

O endividamento coreano foi canalizado em grande parte para os chaebols, grandes grupos nacionais que serão os empreiteiros juntamente com o Estado no papel de desenvolvedores da indústria nacional. Os chaebols coreanos atuavam sob metas do Estado em áreas sem concorrência de modo que pudessem crescer o bastante e competir internacionalmente. O pequeno mercado coreano, diferentemente do brasileiro, fez da conquista de mercados externos condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país.

Com acesso preferencial propiciado pelos EUA, o governo tirou proveito da entrada facilitada no mercado americano e lançou um programa de investimentos, o primeiro plano quinquenal, para a expansão da indústria manufatureira, com o objetivo de livrar-se da dependência dos Estados Unidos que vinha desde a ascensão de Rhee.

Em um primeiro momento, no entanto, a situação andou de lado. O plano desvalorizou o câmbio em 50% em 1961, porém a ação se mostrou um desastre para a indústria têxtil já que esta dependia fortemente da importação de algodão, o que fez os custos da produção aumentarem de um patamar de menos de 265 em fevereiro daquele ano para 299,8 em abril.

Além disso, naquele momento o mercado americano impediu o acesso de alguns produtos e havia o problema relativos a antigas plantas fabris e canais de mercado fracos. Com a concessão de subsídios aos exportadores, as exportações floresceram com a exportação de manufaturados sobre o total exportado aumentando de 13,9% em 1961 para 60,8% em 1965 (!!!) (Amsden, 1989: posição 1324-1361). Exportações essas centradas em têxteis e manufaturados leves. Para financiamento, o governo contou com a estatização de bancos e o Korea Development Bank. (Coutinho, L. 1999). Os planos para por fim à dependência externa, no entanto, ainda não estavam concluídos e outro plano quinquenal foi organizado.

Tabela 2.1. Causas dos desequilíbrios em conta corrente, a preços correntes de mercado, 1963-1982 (Unidade: Bilhões de Wons

Ano	Setor Público					
	Setor Privado (A)	Governo (B)	Empresas com participação pública (C)	Subtotal (D=B+C)	A/ PNB %	D/ PNB %
1963-1971						
1963	-11,67	14,34	-16,06	-1,72	-2,4	-0,4
1964	-3,39	23,26	-13,79	9,47	-0,5	1,3
1965	-27,88	36,49	-16,15	20,34	-3,5	2,5
1966	-65,2	38,82	-15,14	23,68	-6,3	2,3
1967	-70,89	51,26	-54,39	-3,13	-5,5	-0,2
1968	-136,63	57,03	-36,19	20,84	-8,3	1,3
1969	-110,8	29,98	-63,73	-33,75	-5,1	-1,6
1970	-195,55	60,91	-63,12	-2,21	-7,3	-0,1
1971	-179,19	42,81	-130,31	-87,5	-5,4	-2,7
1972-1978						
1972	35,8	-9,16	-200,51	-209,67	0,9	-5,2
1973	51,31	24,86	-107,94	-83,08	1	-1,6
1974	-422,54	-36,09	-223,5	-259,59	-5,8	-3,5
1975	-337,19	-129,29	-482,24	-611,53	-3,4	-6,2
1976	-20,73	329,49	-455,95	-126,46	-0,2	-1
1977	472,45	18,08	-749,27	-731,19	2,8	-4,3
1978	-281,57	448,27	-1031,84	-583,57	-1,2	-2,5
1979-1982						
1979	-1675,45	493,31	-1170,45	-677,14	-5,8	-2,3
1980	2381,04	20,81	-1344,91	-1324,1	-6,9	-3,9
1981	-1513,67	5,89	-1869,06	-1863,17	-3,6	-4,4
1982	489,47	-124,05	-2260,19	-2384,24	1	-5

A, B e C referem-se aos balanços após os investimentos das poupanças subtraído em casa setor
 Fonte: Bank of Korea, Economic Statistics Yearbook, various years, as cited by Y.C. Park, 1985
 apud Amsden 1989:91.

Na virada para os anos 1970, o país se encontrava no segundo plano quinquenal (1967-1971) que também tinha como objetivo aumentar ainda mais as exportações do país de manufaturas leves, além de investir em infraestrutura básica através dos setores construção

civil, transportes e energia, estes últimos facilitados pelo alta taxa de poupança doméstica. O mercado interno também foi incentivado pelo regime que ao fomentá-lo através de tarifas das importações combinado com ganhos de produtividade na produção permitiu um processo de substituição de importações. O sucesso nas exportações pode ser visto através dos números que saltaram de níveis abaixo de 4% das exportações sobre o PIB no início dos anos 1960 para cerca de 12,5% no fim do segundo plano (Coutinho, L. - 1999).

Tabela 2.2. Dívida Externa e Serviço da Dívida, 1963-1984

Ano	Total Dívida Externa (milhões de dólares)	Dívida de Longo Prazo/ Dívida Total	Dívida Total/ PNB	Serviço da Dívida/ PNB	Serviço da Dívida/ Exportação	Serviço da Dívida/ Transações Correntes
1963-1971						
1963	157	85,99	4,06	0,05	2,3	1,1
1964	177	94,35	5,29	0,15	4,17	2,4
1965	206	98,54	6,81	0,46	8	4,8
1966	392	98,21	10,26	0,34	5,2	2,9
1967	645	89,77	13,62	0,72	10,15	5,3
1968	1199	92,58	20,07	0,77	9,47	5,2
1969	1800	89,22	24,07	1,2	13,68	7,8
1970	2245	83,39	25,48	2,84	28,34	18,1
1971	2922	83,61	30,06	3,28	28,16	19,7
1972-1978						
1972	3589	82,17	33,95	3,87	24,4	18,4
1973	4260	83,54	31,55	4,35	17,87	14,2
1974	5937	79,13	32,01	3,25	13,33	11,2
1975	8456	71,51	40,55	3,38	14,01	12
1976	10533	71,09	36,73	3,5	12,85	10,6
1977	12648	70,63	33,79	3,58	13,33	10,2
1978	14871	74,08	29,71	4,16	16,38	12,1
1979-1984						
1979	20500	67,8	31,75	4,03	17,68	13,3
1980	27365	61,22	44,68	4,81	17,13	13,1
1981	32490	63,8	48,34	5,53	17,98	13,8
1982	37295	61,94	52,65	6,23	21,15	15,5
1983	40094	70,58	53,23	6,18	20,07	15
1984	43100	73,55	53,16	6,74	20,75	17,3
Fonte: Bank of Korea and Economic Planning Board apud Amsden 1989:95						

Cabe ressaltar no entanto, que embora o governo aumentasse sua dependência externa através de empréstimos, esses empréstimos se concentravam em despesas de investimento que modernizavam a estrutura produtiva.

A dívida externa em 1966-1971 era usada para financiar essa indústria pesada (fertilizantes e cimento) de modo a começar o processo de substituição de importação, além de financiar as exportações, a entrada de bens de capital no setor de manufaturados leves e a infraestrutura (Amsden, 1989, pág. 95). Apesar disso, as crescentes taxas de serviços da dívida que cresceram de 0,05 em proporção do PIB em 1963 para 3,28% em 1971 forçou o FMI a fazer um acordo com a Coreia na tentativa de limitar os movimentos de capitais estrangeiros para empréstimos de um para três anos (Frank et al., 1975, apud Amsden, 1989: 96).

Tabela 2.3. Dívida Externa, Países Selecionados, em Milhões de US\$, 1967-1978

	1967	1970	1973	1975	1978
Coréia do Sul					
Dívida Total	1199,2	3243,8	4940	7173,9	18146,3
Empréstimos Públicos	434,7	1415,7	2730,7	3796,8	8210,9
Empréstimos Comerciais	703,3	1327,8	1308,8	1466,2	3921,6
Instituições Financeiras	61,3	500,3	900,5	1910,9	6013,8

Fonte: Cho (2001: 132) apud Frieden, Jeff. *Third World Indebted Industrialization: International Finance and State Capitalism in Mexico, Brazil, Algeria, and South Korea*. International Organization, Vol. 35, No. 3 (Verão, 1981), p. 414, 1981.

O efeito dessa medida foi uma diminuição do crescimento da dívida estrangeira e queda nos investimentos. O que fez o crescimento do PIB cair de 13,8% em 1969 para 7,6% em 1970. Para que as exportações continuassem crescendo, o governo então desvalorizou o won em 12% em 1971 e o efeito imediato foi um rápido aumento nos custos das dívidas em moeda local, o que criou graves problemas de financiamento de curto prazo para as firmas que tomaram dinheiro emprestado fora do país. (Amsden, 1989: 96).

A ajuda do governo coreano veio na forma de um decreto em agosto de 1972 com dois objetivos: reavivar a atividade econômica através de estímulos ao investimento e alívio aos excessivos encargos da dívida das empresas (Cole and Park, 1983 apud Amsden, 1989: 96).

Acrescentado aos estímulos da Coreia à sua economia, as contas externas iam mal e havia pressão dos órgãos internacionais para ajuste das finanças do país. O choque do

petróleo em 1973, de início não ajudou na superação dessa problemática, devido a alta dependência do país na importação desta *commoditie*. No entanto, com o desenvolvimento do euro-mercado, uma enxurrada de dólares provenientes dos países exportadores de petróleo, os chamados petrodólares criou um ciclo de crédito internacional de fontes privadas e de bancos multinacionais, o que traria uma maior flexibilidade para as contas nacionais coreanas (Silva, 2007: 123)

Ajudada por esse cenário o país lança seu terceiro plano quinquenal (1972-1976), em que designou as indústrias química, siderúrgica, de transportes, de eletrônicos e de máquinas e equipamentos como foco da política industrial coreana. Através das tabelas abaixo podemos ver como a Coréia utilizou-se dos euro-mercados mencionados acima para obter crédito externo nos anos 1970, o que aumentou enormemente sua dívida chegando a ser o terceiro país com maior volume de empréstimos desse tipo dentre os países do terceiro mundo (Silva, 2007:123).

Em 1973, a economia teve recorde de crescimento, 14,1%, com destaque para o crescimento das exportações na ordem de 73% (Amsden, 1989: 96). O terceiro plano quinquenal veio com o objetivo de expandir a indústria pesada, já que esta lacuna deixava o país ainda fortemente dependente de empréstimos e apoio financeiro externo. As indústrias siderúrgica, petroquímica, de minerais não-metálicos foram alvos principais do governo coreano, neste período (Coutinho, L.). Nas palavras de Evans, P.:

“Com uma forte indústria estatal de aço mesmo sem possuir minério de ferro, carvão combustível ou tradição na indústria pesada. O aço foi crucial para a criação de indústrias chave, como a naval e automobilística e exportava 30% de sua produção.”

A indústria de aço, no entanto, assim como outras citadas acima, altamente dependentes de energia se viram em um novo desafio, a crise do petróleo. A alta dependência do combustível para o crescimento do país fez o governo absorver completamente a alta, que fez crescer as importações do produto (Amsden, 1989: 98). Outros efeitos na economia nas palavras de Amsden, 1989:98, foram:

“Domestic credit was expanded by over 40%. Investment as a share of GNP increased from 26% to 32% between 1973 to 1974, while savings share of GNP declined by only 3,5%. The current account deficit jumped by a factor of 5 to 11%, an historical high, despite a growth in exports of 16%. To finance the deficit, the government both

borrowed abroad and depleted its foreign reserve holdings, which fell by 3,5% in a year. Between 1973 and 1974, Korea's total foreign debt rose by 42%. Total debt as a percent of GNP rose from 32% in 1974 to 40% in 1975."

Dessa forma, o país cresceu 7,7% em 1974 e 6,9% em 1975, e em 1976, 14,4%, embora o investimento sobre o PIB tenha caído, as exportações continuaram crescendo a uma taxa de 49,2% (Amsden, 1989: 99). No final dos anos 1970, o país com forte crescimento entra no quarto plano quinquenal (1977-1981) e conclui o programa de industrialização com ênfase nos bens de capital sob encomenda (construção naval, máquinas e equipamentos) e indústria automobilística (Coutinho, L. - 1999).

Apesar do crescimento do crescimento das exportações na década de 1970 de 62,93% o crescimento nas importações na ordem de 120,53%, impediu que o saldo da balança comercial fosse positivo nessa década.

Neste período, foi muito grande, também a contribuição do setor público para o crescimento. No final da década de 1970, porém, um novo choque do petróleo muda o cenário mundial.

II.2.2. O 2º CHOQUE DO PETRÓLEO

O abundante volume de financiamento no período anterior à crise fez com que os países emergentes se endividassem fortemente, o que no contexto de crise e fuga de capital destes países para países do centro, mais seguros, obrigou tanto a Coreia quanto o Brasil a aumentarem vertiginosamente suas taxas de juros de forma a atrair capital agora escasso e financiar suas dívidas.

Na ocasião, o barril de petróleo chegou a valer US\$ 37 em 1981, ante US\$ 3 no pós-guerra, o que além de ter implicações no aumento do valor das importações nos países dependentes do óleo, também aumentaram o valor dos produtos importados que dependiam da matéria-prima não só no seu processo de produção mas também no frete.

O aumento do preço da commodity teve um efeito na deterioração dos termos de troca de 13% entre 1979 e 1980, o que aumentou o déficit em conta corrente sobre o PNB de -2,2% para -8,7 e resultou em uma queda no PNB de -5,2% (Amsden, 1989).

Além disso, a Coreia do Sul passava por seu quarto plano quinquenal e pelo crime de assassinato ao general Park em outubro de 1979 no período em que ocorreu o 2º choque do petróleo em julho. O que adiou o plano para reduzir a inflação daquele ano, que vinha incomodando o governo.

“The pursuit of fast growth was not restrained in the interest of price stability”. Com essa frase Amsden (1989: 100) define a prioridade do governo coreano.

Com as taxas de juros que saltaram de 5% antes dos choques para 8% a 10% após o 1º choque e 19% no pico que ocorreu em 1981, a Coreia teve um salto de sua dívida externa de US\$ 18 bilhões para US\$ 44 bilhões entre 1978 e 1983 (Cumings, 1997: 273 apud Silva, 2007: 127-128). Essa dívida externa sem dúvida teve efeito na proporção dívida/ PIB que saltou de 35,8% em 1979 para 53,9% em 1985 (Silva, 2007: 125-129).

Nas palavras de Amsden (1989: 90-91):

“Between 1967 and 1979, the public sector accounted for about one third of all foreign loans. Then in economic contraction of 1980-1983 its share rose to over half of the total.”

Nota-se na economia coreana uma “aterrissagem” mais tranquila, comparada à brasileira. A proximidade do país com o Japão e da necessidade deste de estabelecer uma parceria após a assinatura do acordo de Plaza, em 1985, em que o governo japonês concordou em apreciar o Iene diante o dólar, possibilitou que investimentos industriais japoneses fossem feitos na Coreia. Dessa forma, a periferia colonial do antigo império japonês seria vista como um refúgio para as exportações que vinham tendo dificuldade em preservar toda sua competitividade.

A aterrissagem mais tranquila coreana enfrentada pelo novo general no comando Chun Doo Hwan (1980-1987) vem então do fato mencionado no parágrafo anterior que possibilitou retardar por mais algum tempo o abandono do rol de políticas ativas de desenvolvimento econômico e fez o país crescer já nos dois anos seguintes à queda do PIB de

1981 na ordem de 6% a.a.. E embora considerado lento para os padrões coreanos foi um desempenho altamente superior ao verificado em outros países emergentes.

CAPÍTULO III – OS DIFERENTES CAMINHOS TOMADOS PELO BRASIL E COREIA

Conforme vimos no breve histórico analisado acima, Brasil e Coréia do Sul seguiram uma trajetória muito parecida até a virada da década de 1980. Porém, em diversos aspectos houve também diferenças. Essas diferenças explicam o porquê dos dois países estarem atualmente em estágios tão diferentes de desenvolvimento com o país asiático já podendo ser considerado um país desenvolvido segundo os indicadores macro e microeconômicos mais usuais para essa classificação (renda per capita, escolaridade, formalização do mercado de trabalho, capacitação tecnológica, etc..).

Abaixo estão divididos em capítulos os principais pontos considerados neste estudo para explicar a diferença entre os dois países.

III.1. FINANCIAMENTO E BANCOS ESTATAIS

Um dos protagonistas do desenvolvimento no período estudado é, sem dúvida, o financiamento. O abundante volume de crédito que havia particularmente depois da 2ª guerra possibilitou países outrora sem acesso ao capital empréstimos nunca antes experimentados. O Brasil e Coréia são exemplos desses países, embora o endividamento dos mesmos tenha se dado de forma diferenciada.

No país asiático reestatizaram-se bancos – privatizados durante o período de influência americana –, o que permitiu às instituições subordinar suas decisões de empréstimo às políticas industriais (Shin e Chang, 2003).

Aos empreendimentos coreanos coube um papel forte de mobilização da poupança doméstica e aos investimentos estrangeiros diretos, que eram geralmente desencorajados, sobrou apenas um pouco mais de 1% da participação da Formação Bruta de Capital Fixo entre 1970-90, o que manteve os empreendimentos sob controle dos coreanos na maioria dos

empreendimentos, apesar de terem importado tecnologia firmemente. No entanto, as taxas de endividamento estrangeiro eram as mais altas de todos os países recentemente industrializados do leste asiático (Shin e Chang, 2003: 12).

Para citar alguns programas que trouxeram esta fama à tona, podemos citar a criação, em 1973, pelo governo coreano do Fundo Nacional de Investimento com o objetivo de oferecer crédito subsidiado às indústrias contempladas. Em 1976, a criação do Eximbank subsidiou as operações de exportação, que além do salto já mencionado nas exportações sobre o PIB que tiveram nos primeiros 10 anos, subiram mais 11,1% até 1979. Tantos programas de financiamento fizeram a dívida externa crescer de U\$ 4,3 bilhões em 1973 para U\$ 20 bilhões em 1979 (Coutinho, L. - 1999).

De modo a centralizar os financiamentos em instituições nacionais, os bancos estatais do Resto, como definiu Amsden (2001: posição 137), eram parte das instituições que seriam os instrumentos capazes de superar o subdesenvolvimento. No Brasil, os financiamento dos projetos ficou por conta do então BNDE, na Coréia o papel era do KDB.

No caso brasileiro, o BNDE, fundado em 1950, veio com o objetivo de aliviar o BP brasileiro, enfraquecido pela importação de produtos e equipamentos da indústria pesada, aumento do consumo no pós-guerra e aumento no preço internacional dos combustíveis na década de 1950 e assim, promover a substituição de importações. Infraestrutura, no entanto, foi o primeiro grande alvo no lançamento do banco. No que obteve, entre 1958 e 1967, de metade dos fundos do BNDES para a fabricação de aço, dando ao país um papel de grande exportador ante um iniciante na produção no período anterior aos empréstimos (Amsden, 2001: posição 1888-1896).

No período pós guerra, os investimentos públicos lideram os investimentos no produto de ambos países, e sem dúvida os bancos estatais tiveram papéis ativos nessa empreitada e ajudaram a criar fortes grupos nacionais, em especial os Chaebols, tratados em destaque na seção a seguir. Porém, o vasto mercado brasileiro e a grande quantidade de matéria prima presente aqui ajudou o país a, diferentemente da Coréia, contar com forte investimento estrangeiro direto, a partir de 1965, conforme tabelas abaixo.

Tabela 3.1. Percentage of Public Share in Gross Domestic Capital Formation.

1960-1996

Country	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-96
Brazil	25,3	29,1	28,7	35,8	37,3	32,3	23,5
Korea	27,4	23,8	24,3	21,9	24,5	22,2	24

Sources: Data for 1970 and after adapted from Glen (1998). Data for the 1960s come from the following: Brazil (various years). Chandhok (1996). Bank of Korea (various years)

Tabela 3.2. Net Foreign Direct Investment as a Percentage of Gross Domestic Capital Formation. 1960-1995

Country	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79	1980-84	1985-89	1990-95
Brazil	na	7,6	5,7	4,2	3,8	2	2
Korea	0,2	0,6	2,7	0,8	0,3	1,5	0,8

Sources: All data taken directly from international Monetary Fund (various years)

Além dos investimentos estrangeiros diretos maiores, o Brasil também contou com maior foco nos investimentos em infraestrutura, enquanto na Coreia, o foco maior foi em investimentos em manufaturas, conforme tabelas, embora uma mudança na tendência brasileira possa ser vista nos anos 1970, resultado de um número mais extenso dos programas de apoio financeiro do PAEG na segunda metade da década anterior, em que a indústria da transformação foi a maior beneficiada (BNDES, 2002).

Tabela 3.3. Manufacturing Gross Fixed Capital Formation as a Share of Total Gross Fixed Capital Formation 1950-1990 (%)

Country	1950	1960	1970	1980	1990
Brazil	13	8,1	19,7	13,8	13,5
Korea	13,6	15	17	28,3	32,3

Sources: Manufacturing GFCF: United Nations (1963) and UNIDO (various years). Brazil: Braazil (various years |b|). Total GFCF: International Monetary Fund (1995).

Tabela 3.4. Infrastructure Disbursements as a percentage of total lending by development banks (1948-19191)

Years	Infrastructure Disbursements (%)
Brazil	
1953-1959	74
1960-1969	25
1970-1979	27
1980-1989	31
1990-1991	na
Korea	
1954-61	27,7
1962-71	17,9
1972-79	23,9
1980-89	11
1990-94	12,5

Sources: National Development banks

Tabela 3.5. Share of Development Banks in Total Manufacturing Investment 1970-1990 (%)

Country	1970	1980
Brazil (BNDES)	11	18,7
Korea (KDB)	44,7	11,4

Sources: National Development Bank

Os investimentos do banco brasileiro por sua vez não procuravam aumentos nas exportações e suas políticas mudavam de tempos em tempos. O foco em infraestrutura mencionado acima vem corroborar essa tendência.

Com o II PND as políticas do agora BNDES se voltaram basicamente para o financiamento de projetos de bens de capital e matéria-prima. Mais uma vez, o plano que veio

para contornar a crise no BP que tomou o país depois da crise do petróleo intensificou primordialmente a substituição de importação. (Amsden, 2001: posição 1896)

Da sua fundação até os anos 1970, o banco brasileiro possuía alguns padrões para os empréstimos que em geral se direcionaram para as áreas de papel e celulose, ferro e aço, assim também como automóveis, indústria naval e mecânica pesada, especialmente nos anos JK.

Já no caso sul coreano, segundo o Korean Development Bank (1979) nas palavras de Amsden:

“According to the 1969 Annual Report of the Korea Development Bank (KDB), top priority in lending was given to export industries and industries designated in a Bank act that 'improved the industrial structure and balance of payment'. These included 'import substitute industries.' Import substitution and export promotion were not seen as antagonistic; both involved large, long-term capital investments.” (Amsden, 2001: 1917)

O KDB diferentemente do BNDES chegou a estabelecer a partir de 1971, uma taxa extra às empresas que não cumprissem as exigências impostas pelo banco às empresas que tomassem dinheiro emprestado. Além disso, se uma empresa mostrasse um resultado ruim parava de ser subsidiada. Em compensação, às empresas que aumentassem suas taxas de exportação, o governo facilitava os empréstimos de longo prazo através do barateamento das operações (Amsden, 2001).

Conforme observou Sato (1997, p.143 apud Amsden, 2001: posição 2079/ 5750):

“the question could be asked why the chaebol-affiliated enterprises did not confine their business to the domestic market where they could make large profits without difficulty. The primary reason was that the government did not permit it. An important Korean industrial policy for electronics was protecting the domestic market. In return for protection of the domestic market, the government required the enterprises to export a part of their production”

Quanto as fontes de recursos do banco, o Brasil buscou primeiramente ajuda dos EUA que ocupado com os planos Marshall e o plano Colombo não tinha muito interesse na região por considerar que não havia muitos problemas estratégicos - considerando que a URSS não exercia forte influência na região - e pelos grandes problemas de infraestrutura que dificultaria o retorno dos investimentos no país (BNDES, 2002).

Após algumas tentativas frustradas de um projeto nacional que impulsionasse os investimentos na economia nacional, em 1950 criou-se a comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) em que o governo americano aportaria capital para projetos de investimento na mesma proporção do Brasil em um fundo paralelo que serviria para financiar projetos aprovados pela CMBEU. A criação do BNDES veio para gerir o fundo que previu um aporte de US\$ 750 milhões do BID paralelamente com diversas fontes de recursos nacionais, tais quais empréstimo compulsório de 15% sobre o recolhimento do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, 4% dos depósitos da Caixa Econômica Federal e 3% da receita anual da Previdência excluída a cota da União (BNDES, 2002).

Os reveses das fontes de financiamento não foram poucos, do total estimado para captação externa, nem 50% foi efetivamente empenhado e o rompimento do Banco Mundial com o Brasil a partir de 1953 devida a desacordos quanto a política de remessas de lucros do governo Vargas reduziu consideravelmente os recursos da nova instituição. Para tanto, foi preciso aprovar leis no congresso que garantissem o dinheiro necessário para que o banco continuasse funcionando e além da prorrogação das fontes já existentes, também foi aprovado o Fundo Federal de Eletrificação (1954), o Fundo da Rede Ferroviária Nacional (1955), o Fundo Nacional de Pavimentação (1955) e o Fundo Especial para Substituição de Ramais Ferroviários Deficitários (1955), além da criação do Imposto Único Sobre Energia Elétrica, em 1954. A partir de 1974, o BNDES passa a ser financiado pelo FAT que tem seus recursos oriundos do PIS e PASEP (BNDES, 2002)

Em relação ao financiamento coreano, intensificou-se a partir de 1961 com a renacionalização dos bancos pelos militares. Uma reforma financeira foi realizada com intuito de aumentar o capital do KDB, autorizar o banco a pegar empréstimos internacionais e garantir empréstimos externos de empresas coreanas (Cole and Park, 1983, p.57 apud Amsden, 2001: posição 1762). O sucesso da empreitada pode ser visto pelos números de empréstimos de longo prazo que indicam uma participação de 53% do total.

Temos aqui, as particularidades das medidas tomadas pelos dois bancos, de um lado o

BNDES com o foco em infra-estrutura e produtos metálicos, incluindo automóveis, e do outro o KDB com foco maior em produtos manufaturados e condicionando seus empréstimos a exportação de produtos. Essas idiosincrasias de ambos os bancos não se deu tanto pela políticas internas, mas mais pelas possibilidades que havia na conjuntura de cada país e isso determinou, de certa forma, a descolagem do Brasil e Coréia.

III.2. OS CHAEBOLS

O Estado coreano “agressivamente orquestrou” as atividades dos Chaebols (Wade, 1990: 320, apud Evans, 1995: 87). Fez isto através do acesso preferencial ao crédito segundo decisões de política pública. Os Chaebols eram grupos com negócios em diversas áreas que não necessariamente tinham relação entre seus produtos, para citar alguns exemplos: Eletrônicos e petroquímica, no caso da LG; Finanças e maquinário pesado, Hyundai; eletrônicos, maquinário pesado, finanças e entretenimento, no caso da Samsung. (Amsden, 1989: posição 2210).

O papel dos grupos coreanos chamados Chaebols no desenvolvimento do país foi crucial e suscitou um sistema comumente conhecido como Korea Inc.. A relação próxima desses grupos com o estado e os bancos possibilitou ajuda estatal, incluindo empréstimos preferenciais em um sistema autoritário e com vantagens auferidas por métodos a margem da legalidade. (Shin e Chang, 2003: 33).

Esse processo de formação de grupos nacionais fortes começou no regime autoritário comandado pelo presidente Park Chung Hee (1961–79). Essas indústrias pesada e química, para citar alguns setores, eram novidades dentro da estrutura industrial coreana e necessitavam uma mobilização de capital em larga escala e uma gestão de longo prazo por conta dos altos investimentos e a estrutura dos Chaebols, com um alto grau de diversificação e controle centralizado, foi fundamental no sucesso coreano (Shin e Chang, 2003: 29), o que induz a conveniência de um regime autoritário para o desenvolvimento nos moldes verificados ali.

Dessa forma, a fim de promover o desenvolvimento das empresas privadas, o governo através de forte disciplina lançava mão de incentivos às firmas que tivessem boa performance, o contrário ocorria para as de baixa performance. A performance, por sua vez, era medida,

não pelo desempenho financeiro, mas sim pelos indicadores de produtividade e gerenciamento (Amsden, 1989: 16).

Segundo Amsden, “Where Korea differs from most other late industrializing countries is in the discipline its state exercises over private firms.” (Amsden, 1989: 14) Ademais, a disciplina imposta pelo governo coreano estava sempre relacionada a promoção das exportações, levando a uma constante busca de eficiência. Inclusive, um aumento acentuado verificou-se na década de 1960 atribuído aos subsídios promovidos pelo governo.

Para MacNamara (1990: 9-13, 50-51 apud Silva, 2007: 99) a organização peculiar da estrutura produtiva coreana remonta a seu período colonial:

“o padrão coreano de articulação entre o capital privado e o Estado foi uma herança do modelo de administração colonial ali implementado. Neste sentido, o Estado colonial desenhava políticas econômicas objetivando a operação dos zaibatsu na colônia coreana. Assim, a concentração industrial, desde o princípio do capitalismo coreano, era uma mera questão de sobrevivência para o capital nacional, ante um Estado metropolitano forte e concorrentes estrangeiros de peso. A administração colonial japonesa gozava de uma enorme autonomia ante a grande maioria dos setores sociais da península, constituindo assim um protótipo daquilo que viria a ser o forte Estado coreano das administrações dos generais Park e Chun (...). Portanto, é na estufa desta longa e dura experiência colonial que surgiram as características básicas daquilo que, no futuro, se tornaria o rol de características comportamentais típicas do conglomerado coreano, o Chaebol (MacNamara, 1990: 9-13, 50-51 apud Silva, 2007: 99).”

Dessa forma, os conglomerados coreanos foram nutridos pelo projeto de governo de ter uma indústria bem desenvolvida nos anos 1970 e rapidamente tomaram iniciativas, como o rápido crescimento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento pelo setor privado. Conforme atestou Shim e Chang, “In this way, chaebols were securely established as the main bearer of high-risk projects in Korea since the 1980s”.

Através desse regime centralizado, o estado montou uma política de substituição de importação inicialmente, conforme verificamos acima, que deu força às indústrias locais através de políticas específicas para determinadas indústrias e empresas, medidas políticas como subsídios, proteção, restrição do número de firmas em setores estratégicos, garantiu

também empréstimos estrangeiros para o setor privado que até então tinha acesso limitado a essa fonte e os bancos comerciais mantiveram fornecendo dinheiro aos grupos sob orientação das políticas industriais.

Apesar desse apoio do governo em desenvolver os grupos nacionais, inclusive sendo responsável por algumas indústrias de insumos estatais, como aço, petroquímica e fertilizantes nos períodos iniciais de desenvolvimento nos anos 1960, os grupos coreanos logo tomaram as rédeas do desenvolvimento, por exemplo na indústria de semicondutores nos anos 1980, apesar da relutância inicial do governo em apoiar a incursão (Yoon 1990; Shin 1996 apud Shin e Chang, 2003: 15). Essa diminuição da intervenção do Estado, com o sucesso dos grupos privados, cada vez mais fortes, inclusive viraria uma tendência no anos subsequentes

Desse desenvolvimento podemos notar uma clara diferença em relação ao Brasil. O cerne da industrialização coreana se estabeleceu em torno dos Chaebols, enormes grupos inicialmente concentrados na indústria de montagem, engajados na competição internacional (exemplo na tabela 3.2.1 abaixo), e buscando espaços nas fronteiras tecnológicas. As firmas fornecedoras à montante não apresentavam tanto vigor nem solidez.. Era mais conveniente para a Coréia manter suas exportações de produtos finais competitivas importando partes e bens intermediários do Japão, ao invés de depender das subdesenvolvidas pequenas e médias indústrias locais. Dessa forma, apesar de evitar a presença de indústrias estrangeiras nas etapas finais e mais sofisticadas da cadeia produtiva, a relativa fraqueza das pequenas e médias indústrias foi o outro lado da moeda da dominância dos Chaebols na economia coreana. (Shin e Chang, 2003: 16)

Table 3.7. Trend in the chaebol share of GDP, 1973–1978 (%)

Groups	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Top 5	3.5	3.8	4.7	5.1	8.2	8.1
Top 10	5.1	5.6	7.1	7.2	10.6	10.9
Top 20	7.1	7.8	9.8	9.4	13.3	14.0
Top 46	9.8	0.3	2.3	12.3	16.3	17.1

Source: Jones (1987), Table 3.

Já no Brasil, a estrutura de montada pelo estado desenvolvimentista foi invertida: o que predominou foram pequenas e médias indústrias locais fornecendo peças e insumos às grandes montadoras, notadamente as automobilísticas, mas também as de eletrodomésticos da linha branca e outras.

A autonomia que resultou no projeto coreano também mostra uma maior solidez, a medida que embora a demanda final dos produtos era voltada para o mercado externo, a montagem e venda ao consumidor final em geral estava nas mãos dos grupos nacionais daquele país. Ao contrário do Brasil, onde indústrias menores e dependentes de políticas de produção de grandes multinacionais ditavam o ritmo de expansão dos mercados em que atuavam.

III.3. PÓS 2ª GUERRA E GUERRA DO VIETNÃ NA CORÉIA, CHOQUES ADVERSOS NO BRASIL E OPÇÃO PELOS ALIADOS

A Coréia, apesar do “mito da poupança doméstica” apresentou durante boa parte do seu processo de industrialização déficit em transações correntes, ou uma poupança externa positiva. Para conseguir equilibrar seu balanço de pagamentos contou com remessas norte-americanas para o país traduziam-se em investimentos que entre 1953-1960 ficaram em 14,1% ante uma poupança de 5,4% (Cho, 2001: 121).

Conforme expomos no capítulo anterior, a disputa de influência entre o bloco soviético e os EUA no imediato pós 2ª Guerra Mundial, participação na Guerra do Vietnã e o Memorando Brown assinado em conjunto com os EUA foram grandes fontes de financiamento. Parte pelo grande volume de produtos doados que eram revendidos a preço de mercado pelo governo e viravam receita, parte por empréstimos, parte por acesso ao mercado vietnamita que dava força na Balança Comercial coreana dando margem a novos financiamentos. Sem falar na remessa de remédios, que, segundo Cho (2001: 122), entrava na Conta Especial para Reconstrução Econômica e chegou a 23,8% do Orçamento Geral, em 1957.

A Guerra do Vietnã junto com a assinatura do memorando Brown trouxe ao país asiático ajuda externa que somada às exportações para o Vietnã não foram menores que 3% do PIB e no biênio 1962-1963 foram maiores que as Exportações Totais do país. Isso após clara intenção do governo americano de reduzir ajuda externa. Abaixo, seguem outros dados que corroboram a forte ajuda americana para o equilíbrio externo coreano.

Tabela 3.8. Exportações para o Vietnã Durante a Guerra, em %

Contribuição Setorial Percentual	No Total de Exportações Para o Vietnã	No Total Geral de Exportações	Exportações Para o Vietnã/ Total de Exportações do Setor
Todos os Setores	100	100	
Total dos Setores Abaixo	87,2	18,2	
Produtos Agrícolas	5,1	13,6	1,3
Bebidas	1,7	0,1	44,2
Impressões e Publicações	1,5	0,2	32,8
Outros Produtos Químicos	0,5	0	40,9
Produtos de Ferro e Aço	45,8	1,7	94,3
Máquinas não Elétricas	15,5	1,3	40,8
Equipamentos de Transporte	9,5	0,6	51,8
Vidro, Pedra e Argila	3,9	0,4	33
Metais Não-Ferrosos	13,5	0,7	16,5
Fonte: Cho (2001: 129) apud Naya, Seiji. The Vietnam War and Some Aspects of Its Impact on Asian Countries. The Developing Economies, 9 (1), pp. 43, 1971.			

Enquanto isso no Brasil, a 1ª Guerra abriu espaço para aumento da produção pela capacidade instalada tanto para mercado interno quanto para países não atendidos pelos países em guerra no que gerou debates inclusive sobre os “choques adversos” da guerra, que acabavam por beneficiar a indústria brasileira. De acordo com dados do censo, por exemplo, 21% da força motriz existente na indústria, em 1919, tinham sido instalados entre 1915 e

1919. Essas indústrias, embora tenham sido fechadas em sua maioria após o fim da guerra, passaram a produzir equipamentos em maior escala no período seguinte, no que a indústria alcançou os seguintes resultados no PIB, queda de 8,7% em 1914, crescimento de 12,9% em 1915, 11,4% em 1916 e 8,7 em 1917, seguida por uma queda de 1,1% em 1918 e forte recuperação em 1919 de 14,8% (Franco e Lago, 2011: 35-37).

Tabela 3.9. Divisas Recebidas pela Coréia ao Participar da Guerra do Vietnã, 1966-1968, em Milhões de US\$

	1966	1967	1968
Exportação de Bens Para o Vietnã	13,8	7,3	5,6
Venda de Artefatos Militares	9,9	14,5	30,8
Contratos de Construção e Serviços	12,3	43,5	58,4
Remessa de Civis	9,7	40,6	38,4
Remessa de Soldados	13,2	30	34,4
Outros	0	8,8	4,6
Total (A)	58,9	144,7	172,2
Exportações Totais (B)	250,3	320,2	455,4
(A)/(B) em %	23,5	45,2	37,8
Fonte: Cho (2001: 28) apud Bank of Korea, Economic Statistic Yearbook			

Já na 2ª Guerra, há divergências quanto se houve benefício ou prejuízos para o país. Segundo Abreu (Abreu 1989 : 96), a partir de 1941, o governo americano engendrou acordos de importação de matérias-primas brasileiras “percebendo as implicações econômicas e políticas de um agravamento dos obstáculos ao comércio exportador dos países latino-americanos”, com isso impediu que os produtos chegassem aos países do eixo e garantiu o acesso dos EUA a matéria prima. Ainda de acordo com Abreu (1989: 96), 60% do total exportado nesse período é oriundo de acordos de suprimentos com os EUA, 15% de acordo de exportação de carne e algodão para a Inglaterra, no que resta somente 25% das exportações brasileiras desvinculadas de decisões de países aliados.

No entanto, apesar dos preços dos produtos exportados terem crescido mais rapidamente do que os preços internos – com consequente aumento da renda do setor exportador –, o menor volume exportado contribuiu para queda no percentual exportações sobre o PIB. A 2ª Guerra, nesse sentido, não beneficiou as exportações brasileiras como um todo, mas apenas os exportadores de alguns produtos estratégicos, como tecidos de algodão e pneumáticos.

Ponto benéfico, embora também não sem consenso quanto aos reais motivos, foi a ajuda do governo americano para a construção da CSN, que forneceu crédito e materiais para a construção da siderúrgica. De um lado está um possível interesse dos EUA em um maior desenvolvimento brasileiro de modo que expandiria o mercado para a exportação dos americanos, e do outro a alternativa alemão usada por Vargas como elemento de barganha. Embora a última seja mais recorrente, a primeira foi levantada levantada por Abreu (1989), que dúvida da disposição da Alemanha em suprir as necessidades brasileiras em detrimento da sua produção de guerra. Duvida também que “as autoridades encarregadas da execução do bloqueio econômico britânico fossem permitir o livre trânsito de tais equipamentos”.

Embora, não seja consenso se a guerra foi boa ou ruim para a economia brasileira, ponto convergente é, no entanto, que a Coréia se beneficiou muito mais durante e no período seguinte à guerra, enquanto o país asiático colheu os louros econômicos com a participação na Guerra do Vietnã, no Brasil, a relação com os EUA nos tempos de paz foi bem diferente, em especial a política de preços de café. Os atritos que se seguiram a partir de 1943 quanto a reivindicação de reajuste da commodities por conta da explosão dos custos da produção não trouxeram benefícios para o Brasil (Abreu, 1989: 96). Nas palavras de Abreu (1989: 97):

“O caso do café talvez seja o melhor exemplo de como a política econômica dos EUA com referencia ao Brasil, inicialmente generosa – se bem que não destituída de interesse próprio –, tornou-se progressivamente menos magnânima, à medida que diminuía a necessidade de recorrer a incentivos econômicos para garantir apoio político na América Latina”.

Outro ponto importante para entender como o país asiático conseguiu lidar com o passivo das contas externas especialmente na década de 1980 foi com a retomada das relações

nipônicas. O Brasil, por sua vez não teria um parceiro tão poderoso e que precisasse da via de mão dupla que a relação Coréia do Sul Japão representou.

III.4. O JAPÃO COMO ALIADO COREANO

Em 1965, o arrefecimento da ajuda dos EUA contribuiu para a retomada dos laços entre Coréia do Sul e Japão que estiveram paralisadas pela negociação das reparações de guerra pelos japoneses aos coreanos. Dentre os motivos para a retomada, certamente os planos quinquenais está entre eles, já que trouxeram a necessidade de um parceiro comercial à altura do Japão e sua forte economia. Os meios para obter tamanha parceria, no entanto, seriam explicados 40 anos depois do documento ter sido assinado com a liberação em janeiro de 2005, conforme explica Silva (2007: 119):

“Aparentemente, a ditadura Park teria assegurado ao Japão abdicar ao direito de pleitear juridicamente, tanto no nível individual quanto no plano governamental, indenizações reparadoras das atrocidades de guerra cometidas pelo Japão em troca da obtenção de recursos considerados preciosos ao processo de industrialização.”

Podemos ver listados abaixo tais benefícios:

Tabela 3.10. Benefícios Associados à Normalização das Relações Diplomáticas com o Japão		
	Especificação	Uso
US\$ 300 Milhões em doações	Pagamentos regulares por 10 anos (até 1975)	Usado para financiar o déficit no Balanço de Pagamentos, importar equipamentos industriais e para custear parte da construção da Siderúrgica de P'ohang
US\$ 200 milhões em empréstimos Fiscais	Pagamentos divididos por 10 anos (3,5% a.a. de juros, para pagamento em 20 anos, com 7 de carência)	Boa parte do dinheiro foi usado na Siderúrgica de P'ohang (US\$ 88 milhões)
US\$ 300 milhões em empréstimos Privados	US\$ 180 milhões para indústrias em geral, US\$ 90 milhões para a pesca, US\$ 30 milhões para a exportação de navios	Suporte à indústria
Fonte: Cho (2001: 124)		

O impacto do acordo somando os empréstimos públicos, comerciais, investimentos diretos e doações de reparação chegou a 23,2% do total da Exportações entre 1967-1971, conforme podemos ver abaixo em uma período em que a economia americana vinha diminuindo sua ajuda externa, embora tenhamos verificado na seção acima que o Memorando Brown veio de encontro a essa freada de entrada de divisas.

Tabela 3.11. Cooperação Econômica com o Japão, 1967-1971

	1967-1971, em milhões de US\$	% do Total de Exportações
Empréstimos Públicos	153,4	4,6
Empréstimos Comerciais	394,6	12
Investimentos Diretos	65,7	2
Doações de Reparação	152,2	4,6
TOTAL	765,9	23,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Cho (2001: 125) apud ECONOMIC PLANNING BOARD, 1962 Budget Overview

Sucessivamente, porém, as reparações somadas aos empréstimos fiscais como numerador das exportações foi diminuindo a ponto de em 1975 só contabilizarem 0,6%. No entanto, nesse patamar a indústria siderúrgica coreana já havia se consolidado considerando ainda que foi grande fornecedora de aço para o Vietnã durante a guerra, e as negativas de financiamento que os EUA impuseram para instalação da usina no período anterior já não estavam mais na pauta. O saldo desse acordo, portanto, foi altamente frutífero para a POSCO – a indústria siderúrgica coreana.

Ademais, os benefícios da relação da Coreia com o Japão não ficaram por aí. Após o alto endividamento do governo coreano na década de 1970 e o segundo choque do petróleo em 1979, as economias emergentes dependentes do combustível acumularam dívidas externas altíssimas que chegaram a US\$ 44 bilhões na Coreia do Sul, em 1983 (Cuming, 1997: 273). A

vizinhança com o Japão, no entanto, traria um alívio para as contas coreanas, vizinhança que o Brasil também não tinha.

O governo japonês oferece à Coreia ajuda que equivale a 5% do PIB e 10% da dívida externa coreana, em 1983 (Cuming, 1997: 273). Assim, conforme Canuto (1994: 9) explicou, a Coreia conseguiria:

“driblar a crise da dívida graças à possibilidade de substituir as fontes convencionais de crédito, através de empréstimos bancários (no Euromercado e junto aos bancos americanos), por novas operações de captação – securitizadas – no mercado financeiro japonês.”

A revirada do montante da dívida externa coreana se traduz em números, de 53% do PIB em 1983, a dívida externa sobre o PIB coreano passa a 29,5% do PIB em 1987. Naquele momento, a conclusão dos planos quinquenais de investimentos na indústria química e pesada traduziu em grandes saldos da Balança Comercial do país (Canuto, 1994: 111).

A aliança com o Japão também fomentou uma outra via em que a Coreia se saiu melhor que o Brasil, as exportações.

III.5. A ESTRATÉGIA EXPORTADORA

A política coreana está muito associada às exportações, mas nem sempre foi assim. Nos início dos anos 1960, a substituição de importações (ISI) foi o plano inicial do governo Park. Assim como o Brasil, os países emergentes estavam adotando o modelo que ficou muito conhecido por aqui. Vicissitudes da economia coreana é que levaram-na ao caminho virtuoso das exportações.

A balança comercial brasileira podia contar com algumas commodities (principalmente café, mas também açúcar e minério de ferro) com forte demanda internacional, ainda que seus preços estivessem sujeitos as flutuações naturais das commodities. Já a balança comercial coreana era altamente dependente de ajudas externas americanas, conforme exposto acima, e

tinha que muito cedo começar a exportar produtos industrializados de baixo valor unitário para reduzir essa dependência dos EUA.

À despeito da crise do primeiro plano quinquenal, as exportações floresceram, graças a incentivos lançados desde 1958, mas principalmente pela demanda militar americana com a iniciativa de guerra vietnamita, o que abriu os olhos do governo coreano para as vendas externas. Porém, mais que isso, a crise de balanços do país trouxe uma necessidade de aumentar as exportações. Um terceiro chamariz a um novo rumo para o desenvolvimento coreano foi o fato dos EUA ter sinalizado uma diminuição na ajuda à Coreia do Sul. Dessa forma, após pressão de setores interessados inclusive dos EUA, o General Park concorda em desvalorizar o won em 1964 antecipando uma mudança nos planos quinquenais seguintes (Chibber, 1999: 328).

A mudança paulatina de maior exportações era compatível com uma mudança na forma de apoio americano: substituição da estratégia de ajuda na forma de desembolsos para garantias de empréstimos. Essa nova estratégia demandava que os países adotassem estratégias de promoção de exportações. O que ocorreu, porém, foi uma mudança para *export-led strategy*. Mais a frente, a performance nessa área viraria condição para a generosidade estatal e as firmas seriam não apenas orientadas a vender em mercados distantes, mas falhas nessas empreitadas eram punidas de diferentes formas (Chibber, 1999: 328), conforme exposto no capítulo referente aos Chaebols.

Essa estratégia só foi possível para Coreia devido, mais uma vez, a vontade japonesa de facilitar a entrada no mercado americano provendo crédito ao país vizinho nessa iniciativa, crédito esse essencial para o desenvolvimento de uma estratégia articulada sob empréstimos externos. Essa atitude do Japão, longe de ser altruísta, é explicada pelo crescimento nos salários, valorização da moeda do país – que tiravam a competitividade das exportações de suas manufaturas leves para os EUA – e um crescimento do protecionismo contra o Japão por parte dos americanos. Assim, o país do sol nascente conseguiu atacar dois pontos que mantinham sua demanda e oferta em agonia desviando a produção de manufaturas leves para o país vizinho e ao mesmo tempo concentrando-se em indústrias pesadas e eletrônicos domesticamente (Chibber, 1999: 330).

Nesse cenário, o capital japonês investido na Coreia entrou na forma de *join-ventures* que exportavam para os EUA – 86% das firmas japonesas na Coreia produziam principalmente para exportação, em 1974 – e em contrapartida, o Japão exportava bens de

capital. Embora os IED japoneses tenham sido fator importante para o crescimento das exportações no período, esses IED ficavam basicamente restritos às firmas exportadoras. No início dos anos 1970, por exemplo, 20% do capital estrangeiro de têxteis vinha na forma de IED, enquanto nos eletrônicos, o percentual chegava a 30%, setores centrais para a estratégia exportadora (Chibber, 1999: 330-334).

Apesar dos IEDs, as firmas exportadoras tinham em sua maioria controle coreano. De todos os investimentos japoneses diretos na Coreia entre 1962 e 1974, 52% tinham participação minoritária no capital das empresas. No entanto, não se pode falar o mesmo dos investimentos americanos, desses somente 27% tinham minoria da participação do capital americano. Finalmente, independentemente do grau de participação coreana nos investimentos, as joint-ventures facilitaram a transferência de tecnologia, habilidade em marketing, técnicas gerenciais dentre outros benefícios para indústria coreana, que tiveram experiência especialmente nos têxteis, eletrônicos, maquinários, metais e químicas industriais (Chibber, 1999: 334).

Tabela 3.12. Maior Fonte e Destino das Trocas Coreanas (%)

	Exportação		Importação	
	Japão	EUA	Japão	EUA
1960-62	49	17	23	48
1965	26	35	39	37
1967	26	43	45	31
1968	22	52	43	31
1969	21	50	41	29

Fonte: Robert Castley, "Korea's Export Growth: An Alternative View", Canadian Journal of Development Studies 18, no. 2 (1997), table 5, p. 195 apud Chibber, 1999.

A tabela acima e a que segue mostram a reversão no quadro de trocas comerciais coreanas e explica a estratégia Japonesa de trocas com a Coreia visando o mercado americano.

3.13. Japanese and Korean Shares of U.S. Market, 1966 and 1971 (in percentages)

	From Japan 1966	From Korea 1966	From Japan 1971	From Korea 1971
Clothing/textiles	36	3	22	13
Clothing	20	2	13	14
Plywood	37	17	21	37
Footwear	26	3	12	4
Other manufactures	21	7	17	18

Source: Castley, Korea's Economic Miracle: The Crucial Role of Japan (London: Macmillan, 1997), Table 2.14, p. 98 apud Chibber, 1999.

CONCLUSÃO

Em parte o desenvolvimento das duas nações tem como ponto certo as palavras de COUTINHO, L. (1999 apud Akyüz, Chang e Kozul-Wrigh, 1999):

“Não resta dúvida – para qualquer analista sério e informado – que o desdobramento e a concretização dos processos de industrialização dos países periféricos dependeram diretamente da iniciativa, fomento e coordenação por parte do Estado.”

No entanto, o principal motivo que explica o descolamento da Coreia em relação ao Brasil se deu no âmbito geopolítico. Primeiramente, na colonização japonesa. Os Japoneses ensinaram de maneira ímpar seu modo de desenvolvimento planejado centralizando os rumos da economia e organizando os sectores chave através dos zaibatsus. Estes são pais dos planos quinquenais e dos chaebols.

A relação próxima com os EUA sem dúvida é um dos pontos mais importantes. A geografia do país, no meio de conflitos entre os polos capitalista e soviéticos e entre os aliados e o eixo, na segunda Guerra trouxe poder de barganha para a Coreia que soube usar muito bem. A participação na Guerra do Vietnã trouxe somas vultuosas para o Estado coreano em um momento de endurecimento das relações dos EUA com os países que dependiam de sua ajuda. Não menos certo de sua importância também foi a Guerra da Coreia, a nação capitalista forte tinha que ser construída em contraposição aos irmãos do Sul.

Enquanto isso, o Brasil, fora do jogo político da Guerra Fria, não era um parceiro estratégico para países fortes como os EUA e viu sua relação comercial com a maior potência mundial arrefecer após 2ª Guerra. Seu desempenho econômico durante a 2ª Guerra, embora ajudado pelos altos preços fixados pelos americanos no período de Guerra e um acordo para a construção da usina de Volta Redonda – com motivações controversas – não rendeu benefícios tais quais o envio de doações para os asiáticos, conforme mostrado neste trabalho.

Tampouco a Guerra da Coreia tem paralelo nos países da América Latina, que pelo contrário tirou recursos da região prometidos pelos EUA para empreender no esforço de guerra coreano.

Voltando a questão colonial, para compararmos, o Brasil foi colônia de um império decadente, o português, em uma situação diametralmente oposta aos japoneses.

Nosso trunfo foi a grande quantidade de terras, mas mesmo nesse caso os coreanos conseguiram fazer da falta de terras e matérias primas, a necessidade de exportação de manufaturados quase como um princípio.

Para finalizar, o ponto em que demonstrou-se nesse trabalho ter sido de maior importância foi a parceria com os japoneses, principalmente no momento em que as taxas de juros mundiais altíssimas impediram que os países emergentes rolassem suas dívidas. A ajuda japonesa veio salvar o país, ao mesmo tempo que lhe trouxe complementariedade de plantas industriais para a produção, mais uma vez, principalmente voltada para o mercado externo. O Brasil, nesse período, como os principais países da América Latina, amargaram altas taxas de juros para financiar seus empréstimos das décadas anteriores a 1980, o que resultou na década perdida de 1980 e em uma década de 1990 frustrante.

Sendo assim, tem-se que, embora as políticas de desenvolvimento tenham sido importantes para os países em questão saltarem de um estágio inicial de subdesenvolvimento, elas não foram suficientes para alcançar o patamar em que a Coreia se encontra. Os fatores geopolíticos foram essenciais, o que demonstra nossa forte dependência dos países centrais para uma saída do estágio em que nos encontramos.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. DE P. **CRISE, CRESCIMENTO E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA: 1930-1945** In: **A Ordem do Progresso**. Editora Campus, 1989.

AMSDEN, A. H. **Asia's Next Giant**. South Korea and Late Industrialization, Oxford University Press, 1989.

AMSDEN, A. H. **The Rise of The Rest**, Oxford University Press, 2001.

BNDES. **BNDES 50 Anos de Desenvolvimento**, 2002.

CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.

CARNEIRO, RICARDO; **Desenvolvimento em Crise**. A Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX, 1ª Reimpressão, Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CHIBBER, VIVEK; **Building a Developmental State: The Korean Case Reconsidered**. In: *Politics & Society*, September 1999, Vol 27 No. 3, (Sage Publications, Inc.).

CHUNG, JUNG HO & KIM, CHONG GUI; **Analysis of Structural Change in the Korean Economy: 1975-1995**, 2000.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

EVANS, PETER; **Autonomia e Parceria**. Estados e Transformação Industrial. Princeton University Press, 1995.

FRANCO, GUSTAVO H. B. E LAGO, LUIZ ARANHA CORREA **A Economia Da República Velha, 1889-1930**, História Econômica do Brasil. V. 3

HERMANN, JENNIFER; **Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010**. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento Com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa. Editora Campus, 2005.

JONES, LEROY P. **Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case**. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1980.

SERRA, JOSÉ; **Desenvolvimento Capitalista No Brasil**. Ensaio Sobre a Crise. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. São Paulo: Brasiliense, 1982

SHIN, JANG-SUP & CHANG, HA-JOON, **Restructuring Korea Inc**. RoutledgeCurzo, 2003.

SILVA, RODRIGO L. M. DA; **Modelos, Contramodelos e seu Contexto: as respostas sul-coreana e argentina à Crise da Dívida como evidências da complexa interação entre o processo político e as forças da economia internacional**, 2012.